

Vinte e Cinco de Abril e a memória de uma revolução em ruínas

Licia Rebelo de Oliveira Matos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Este ensaio traz uma reflexão acerca dos desastres na cultura e na história portuguesa recente, com base na Revolução dos Cravos (1974) e o que restou de memória sobre ela. Analisamos o romance *Os memoráveis*, de Lídia Jorge (2014), especificamente um de seus personagens, cuja história reflete a queda do *status* heroico de revolucionário do Vinte e Cinco de Abril desde 1974 até 2004. Entrevistado para um programa de TV estadunidense, o personagem apelidado de major Umbela, que participara ativamente da revolução e do processo revolucionário que a seguiu, guarda a imagem da decadência de um império monumental, contrariando o poder instituído a partir da própria vida e da memória.

Palavras-chave: memória; Revolução dos Cravos; *Os memoráveis*; Lídia Jorge.

Abstract

This essay proposes a study about the disasters in Portuguese culture and its recent history, based on the Carnation Revolution (1974) and its remaining memory. We analyzed the novel *Os memoráveis*, by Lídia Jorge (2014), specifically one of its characters, whose story reflects the downfall of the April 25th Revolution's heroic condition since 1974 until 2004. Interviewed by a TV show from the United States, the character, nicknamed major Umbela, who had actively participated in the revolution and in the revolutionary process that followed it, suggests the decadent image of a former monumental empire, going against the established power through his own life and memory.

Keywords: memory; Carnation Revolution; *Os memoráveis*; Lídia Jorge.

*Dó da miséria!... Compaixão de mim!...
E, nas esquinas, calvo, eterno, sem repouso,
Pede-me sempre esmola um homenzinho idoso,
Meu velho professor nas aulas de latim!
(Cesário Verde, "O sentimento dum ocidental")*

Ruem impérios, deslocam-se culturas. De queda em queda, a história vai sofrendo sua re-escrita, espalhando a dolorosa aprendizagem do desapego. Desastres silenciosos se manifestam na perda daquilo que parece ser a base de sustentação da humanidade: a memória, a narrativa da história dos homens.

Assim, podemos pensar o mundo como um conjunto de construções erguidas pelas culturas e desfeitas pelo tempo e pela seleção natural da memória. Verdades que se tornam referências em nosso modo de viver estão a todo momento vulneráveis ao modo de pensar de cada geração; os interesses de cada hora ditam os rumos que os acontecimentos históricos devem seguir na maneira como recordamos e renarramos nossa própria história. Em outras palavras, o estudo e a vivência nos provam, de tempos em tempos, o quanto a sociologia de Marx e Engels ensinaram ao afirmar que tudo o que é sólido desmancha no ar, repetindo a poesia de Luís de Camões, que séculos antes avisara: “todo o mundo é composto de mudança”.

Partindo dessas considerações, devemos lembrar que *ruína*, palavra muito presente nos estudos sobre memória e quase sempre aludida como metáfora, em sua significação original não representa outra coisa senão a destruição de um estado sólido de edificação; aquilo que ruiu; substantivo que carrega em si o movimento da queda, a força do desgaste, do tempo implacável. É desta maneira, portanto, que propomos abordar o tema desta revista — desastres, catástrofes, calamidades — neste ensaio: entendendo que não pode haver desastre maior, nos níveis público e particular da história e da cultura, do que a perda das referências humanas, o esquecimento.

Podemos considerar que vivemos em meio a uma realidade selvagem de queima de alguns arquivos, em detrimento da eleição de narrativas apropriadas a um *status* de poder que, contrariando o soneto camoniano, tende a mudar muito pouco. Em outras palavras, é já bastante explorado o conceito de história — ou História — como discurso, ou seja, produto de uma enunciação e, dessa forma, inevitavelmente direcionado de acordo com interesses e subjetividades daquele que a escreve e do tempo em que o faz. Conforme declara Georges Duby sobre o ofício de historiador, nos *Diálogos sobre a Nova História*:

Temos perfeitamente consciência de que somos obrigados a escolher; e escolhemos, sem dúvida, em função de um determinado comportamento colectivo da comunidade dos historiadores, mas também em função do nosso próprio temperamento e dos nossos humores (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 40).

Seguindo essa subjetividade do discurso histórico afirmada pelo próprio historiador da *École des Annales*, é possível chegar a uma ideia que tampouco é nova nos estudos historiográficos: a história se ergue como narrativa de vencedores — aqueles que têm o poder da narração —, ficando obscurecida a versão dos vencidos sobre os mesmos fatos do passado.

Frente a esse quadro, cria-se, portanto, uma distinção entre os conceitos e as funções sociais da história e da memória. Para Maurice Halbwachs (2003), a história é a narrativa sobre o passado que, por não mais ter sobreviventes que a guardem na própria recordação, se manifesta pelo texto escrito, ou seja, é aquilo que se lê. Nesse sentido, para o autor de *A memória coletiva*, tudo o que ainda esteja ligado à vida, à possibilidade da enunciação de quem testemunhou os fatos, será memória: o passado acessado não pela leitura, mas pela lembrança. Essa distinção é

fundamental para o estudo aqui proposto, que abordará a ficção produzida nesta década sobre acontecimentos históricos muito recentes e sua reverberação na atualidade.

Tendo em vista esta breve análise sobre o lugar da memória e da história no modo como os seres humanos se relacionam com a realidade, entendemos, portanto, que a memória, passado que emerge fora da narrativa oficial, surge como um recurso de resistência. Ela é o principal instrumento de intervenção para garantir que, enquanto haja quem possa testemunhar, certos feitos e méritos não se percam no turbilhão da história. É sobre essa proposta de resistência que falaremos neste ensaio.

A memória em punho

Cabe agora restringir nosso foco de análise para abordar esse poder revolucionário da memória. Falaremos, justamente, sobre memória e revolução, trazendo para a discussão uma obra que tem ganhado grande importância na literatura portuguesa desta década, já podendo ser considerada referência nos estudos de história e memória das literaturas lusófonas. Trata-se do romance *Os memoráveis*, de Lídia Jorge, publicado em 2014. A obra, que pode ser entendida como um canto de resgate da revolução portuguesa de 1974 às novas gerações, toma a memória e o testemunho como meios de análise da história recente de Portugal, direcionando aos *memoráveis*, protagonistas do romance e da revolução, a vez da narração.

A partir do lugar privilegiado de quem viveu o Vinte e Cinco de Abril e continua escrevendo no século XXI, Lídia Jorge torna possível a visão dos revolucionários portugueses em dois tempos: entre 1974 e 1975, o período denominado Prec (Processo revolucionário em curso), e trinta anos depois, no tempo da narrativa, que se passa entre 2003 e 2004. Transformando essa notação temporal meramente numérica em conteúdo humano, podemos também dizer que se trata do tempo da juventude e da euforia da liberdade, que se choca com nosso século, quando os revolucionários de abril já não eram jovens e a euforia já se transformara em frustração, desilusão, saudosismo.

Façamos uma breve apresentação do enredo de *Os memoráveis*: o romance retrata uma jornalista portuguesa de pouco menos de trinta anos que exercia a profissão nos Estados Unidos, contratada pela emissora de televisão CBS. Em 2003, após cinco anos fora de Portugal, Ana Maria Machado é encarregada de produzir uma reportagem sobre a Revolução dos Cravos para figurar como primeiro episódio da série de programas *A História acordada*, sobre movimentos revolucionários recentes ao redor do mundo. A partir do convite, feito pelo antigo embaixador norte-americano em Portugal, que vivera em Lisboa durante a revolução de 1974, Ana Maria retorna a seu país de origem, para uma imersão irreversível no passado nacional e pessoal de que havia fugido.

A jornada de retorno da protagonista e narradora do romance a sua própria história, que estava intimamente ligada à Revolução dos Cravos, é uma das surpresas que o romance de Lídia Jorge guarda, associando a memória pessoal e familiar da jovem à memória e à história nacionais. Contudo, não é somente na figura de Ana Machado que a noção de memória presente na obra se revelará. Ao chegar a Portugal, a jornalista traça um roteiro de entrevistas a nove participantes diretos do Vinte e Cinco de Abril, que representarão a força testemunhal proposta no romance, ou, segundo as considerações de Halbwachs, a força da memória sobre a Revolução dos Cravos. É a partir daquelas pessoas que o romance permitirá que soe a voz abafada pelo tempo, resgatada pela equipe de jornalistas formada por Ana Maria e dois colegas de graduação, em seu percurso de revisitação do levante que mudou a história recente de Portugal.

O critério de seleção dos participantes do Vinte e Cinco de Abril que seriam entrevistados parte de uma fotografia tirada em 1975 no restaurante apelidado de Memories pelos amigos retratados. O objeto, relíquia familiar da família Machado, marcava o registro de uma noite determinante no período pós-revolucionário. Dos nove homens e mulheres que ali estavam, restringiremos nossa análise a apenas um deles, que entendemos ser o mais representativo da tentativa de defesa do passado incorruptível frente ao presente. A face calamitosa da Revolução dos Cravos será mostrada a partir de um personagem cujo nome, em botânica, se refere a uma estrutura floral: Umbela.

Umbela: a flor, a sombra, o império

O personagem que leva a alcunha de major Umbela é o quarto entrevistado e, possivelmente, o que melhor representa a decadência portuguesa após a Revolução dos Cravos. Em seu relato, o então general conta que, na madrugada de 25 de abril de 1974, teve como função participar do assalto ao Rádio Clube Português, junto a outros sete companheiros, para emitir o primeiro comunicado sobre o levante das Forças Armadas.

Ao pôr nas palavras do Oficial de Bronze, segundo entrevistado, a defesa de que o Vinte e Cinco de Abril consistiu numa sucessão de milagres, Lídia Jorge abre caminho para lermos as histórias de outros personagens da mesma forma. É o caso da narrativa contada por Umbela aos jornalistas. Encarregado de “evitar que os ânimos se exaltassem” (2014, p. 147) e temendo que os outros oficiais se desesperassem com notícias inverídicas de que o levante, mal iniciado, já estava sendo reprimido, o personagem acaba por inventar a realidade: “Mas eu, que não tinha fonte nenhuma, havia anunciado sem saber, ainda que com algumas diferenças, o que dentro de horas viria a passar-se. [...] Às vezes penso que as mentiras que inventei em desespero de causa chamaram os factos” (p. 150-151).

A participação de Umbela na revolução é definida por ele mesmo como “anedota”, “episódio cômico”. No entanto, mais do que uma mera curiosidade perdida na história, tais dados de inverossimilhança reforçam o que há de mais especial no Vinte e Cinco de Abril: o caráter mítico, quase

fictício de um acontecimento histórico, algo inadmissível à racionalidade produtivista do século XX.

Diante de suas previsões miraculosas sobre o que ocorreria em poucos minutos em Lisboa, o personagem se mostra como um detentor do conhecimento inapreensível, espécie de oráculo capaz de adivinhar o futuro, mas não só. A revolução, furando a superfície do tempo português em busca da obtenção da liberdade civil e política, se apresenta de tal forma libertadora para Umbela que lhe dá o poder de, pela primeira vez em 48 anos, ser o senhor das próprias palavras e da história portuguesa, criando a realidade a partir do verbo. Um retrato bem diferente do homem que se apresenta para o trio de jornalistas trinta anos depois.

Se em 1974 major Umbela deu a ordem do real e, em 1975, o oficial “na fotografia do *Memories* ria na direção da toalha de olhos quase fechados e dentes expostos, numa pose desarmada” (2014, p. 136), a postura do personagem ao ser entrevistado mostra um homem retraído e amargurado, em tudo hesitante.

Logo observada pela narradora, a mão direita vacilante de Umbela, que, quando não está escondida no bolso, denuncia ataques constrangedores de tremedeira, é o retrato de um sujeito que, passado o momento milagroso da libertação, deixou de ser dono do próprio gesto — ao menos parcialmente, já que o lado esquerdo do corpo se mantinha saudável. No entanto, na narrativa, o problema motor do personagem vem anunciar uma incapacidade muito mais dolorosa e menos aparente, ligada à mancha moral sofrida nos anos seguintes à revolução.

O presente de Umbela mostra um retrato da decadência da memória da Revolução dos Cravos, em decorrência da estrutura política corrompida de Portugal. Em confissão a Ana Maria Machado, longe da câmera e do microfone dos jornalistas, o general rememora o ato de desonra sofrido por ele no fim dos anos 1990, que refletia o uso do Vinte e Cinco de Abril e de seus heróis como dissimulação para o jogo de interesses dentro do poder: “Como é que não era capaz de colaborar, com frieza democrática, quem tinha sido capaz de manter tanta frieza revolucionária?” (p. 163).

O historiador português Luís Trindade, no ensaio “Os excessos de abril” (2011), faz uma análise nada utópica a respeito do que representaram o Vinte e Cinco de Abril e o Prec para uma nação pouco habituada à vivência política (há que ter em mente que a primeira experiência plena dos portugueses com a democracia só aconteceu, em toda a história de Portugal, após a Revolução dos Cravos). Trazendo as ideias de Eduardo Lourenço e Martins Pereira para a discussão, o autor transcreve, comentando:

A “democracia”, para Martins Pereira, “que lá fora tem correspondido [...] a uma necessidade orgânica do desenvolvimento económico capitalista [...] veio aqui sobretudo apresentar-se como uma necessidade de afirmação de uma “classe política”, não fundada numa representatividade social efetiva, o que, segundo Eduardo Lourenço, reduz as perspectivas do novo regime a “uma democracia parlamentar clássica através da qual ressuscitarão pouco a pouco quase todos os privilégios da eterna classe dominante portuguesa” (2011, p. 57).

Essa visão mostra que existe em Portugal um ruído entre a revolução que aconteceu, possibilitada principalmente pela insurgência das classes populares, e a necessidade de pensar o país como estado democrático após o calor do momento revolucionário, o que acabou por criar uma democracia fragilizada em sua proposta ético-ideológica.

Em outro ensaio presente no mesmo livro, intitulado “Um mundo virado de cabeça para baixo: a ideia de revolução no pensamento moderno”, o filósofo e professor universitário Danilo Marcondes reforça as palavras de Trindade, porém indicando que o rumo seguido pela democracia portuguesa pós-revolução consiste num processo próprio dos movimentos revolucionários em geral:

o “enigma das revoluções” parece ser resultado de que o processo revolucionário é sempre frustrado do ponto de vista do imaginário dos que a idealizam em contraste com o pragmatismo dos que a realizam, assumem sua condução ou se beneficiam de suas consequências, grupos que nem sempre, ou mesmo raramente, coincidem (2011, p. 150).

Essas análises sobre o Vinte e Cinco de Abril e outras revoluções em tempos e espaços diversos nos ajudam a localizar as frustrações do personagem major Umbela após vinte, trinta anos. Se entendemos que *Os memoráveis* vem apresentar uma visão da Revolução dos Cravos a partir de personagens que participaram ativamente de sua irrupção no próprio dia 25, torna-se muito clara a relação visceral, ainda, pessoal que os entrevistados de Ana Maria Machado têm com aquele acontecimento que, para a maioria dos portugueses, é apenas histórico: uma narrativa perdida no tempo sobre um grupo de homens que deu fim a uma ditadura de 48 anos.

Trata-se, portanto, de um romance que aborda a Revolução dos Cravos não só como memória histórica ou coletiva — para aproveitar os conceitos apresentados por Halbwachs —, mas fundamentalmente como uma memória individual: “Sujaram o nome do meu avô, o nome do meu pai, a minha pessoa, e a revolução de que participei” (JORGE, 2014, p. 165).

É muito claro o movimento de queda traçado por Umbela desde 1974 até 2004. O personagem, vivendo uma infâmia pessoal — “Mas a minha honra é vítima, e a minha honra é mais importante do que eu” (p. 165) —, acaba por ser uma metonímia da decadência portuguesa no que diz respeito à memória de sua história recente, da possibilidade de libertação das ideias e do comportamento social que a Revolução dos Cravos representava frente ao regime salazarista e ao Portugal monarquista. O quarto entrevistado de *Os memoráveis* é, portanto, fundamental na análise que aqui propomos, sobre o desastre histórico e cultural que se pode observar em Portugal nas últimas décadas e sobre a força da memória para o enfrentamento de injustiças históricas. Para entender a importância desse personagem, é necessário observarmos o modo como Lídia Jorge o constrói.

A figuração de major Umbela nos revela um tipo alinhado aos padrões do que poderíamos chamar de um homem clássico:

explicou que iria encontrar-se connosco porque gostava do espaço que lhe propúnhamos, um anfiteatro no meio das árvores. Tanto mais que já ali tinha assistido a concertos de jazz, oratórias, conferências, louvores, e à estreia de uma bela cantata. Pois a vida só podia ser suportada, assim, no meio da beleza que a natureza dá de graça, ou que o homem conquista a poder do seu pulso e da sua paciência. A beleza. [...] Vimo-lo avançar em nossa direcção, casaco desportivo, caminhando com porte atlético. E o facto de ter surgido à hora combinada, encheu-nos de satisfação (JORGE, 2014, p. 141).

A aparência atlética, a pontualidade e os hábitos eruditos praticados ao ar livre, em meio à natureza, associam esse personagem a uma estética própria da antiguidade clássica, que será reforçada por sua alcunha latina.

O nome *umbella*, advindo da palavra *umbra* (sombra), ajuda a caracterizar esse homem que, pela própria narrativa que o envolve, manifesta um estado de vida à sombra das coisas, um viver escondido, esperando por seu momento de revelar verdades. Para além disso, o apelido remete a seu vasto conhecimento de latim, exposto aos jornalistas desde o primeiro momento, ao falar das plantas presentes no parque de São Sebastião, onde ocorrera o encontro, e de seus nomes científicos. Enquanto se prepara para chegar ao assunto propriamente dito da revolução, o general faz algumas divagações que nos auxiliam em sua caracterização, funcionando como índices narrativos de construção do personagem:

O meu avô era um professor, latinista fanático, na altura em que o latim não era uma língua, era uma ciência. Uma ciência de que bebiam todas as outras ciências. Um inferno. O meu avô queria que eu aprendesse latim, e procedia como Rousseau. Levava-me para o meio da natureza e treinava-me no nome das árvores em sua presença. Mas ao contrário de Rousseau, ia atrás de mim, vigiava-me e obrigava-me a aprender, com um dedo apontado à minha cabeça. [...] Era muito rígido, o meu avô. Uma ética ultramontana (p. 143).

O *Novo dicionário Aurélio* define o verbete *ultramontanismo* como “sistema dos que defendem a autoridade absoluta do Papa em matéria de fé e disciplina” (FERREIRA, 1984, p. 1426). Tal definição reafirma a rigidez de que fala Umbela sobre a ética do avô latinista, afeito tanto ao rigor da língua de Roma quanto a uma retidão de caráter que anuncia a gravidade da desonra sofrida pelo general, revelada no segundo encontro com Ana Maria.

Major Umbela afirma-se, portanto, como paradigma da moral lusitana e revolucionária frente à lógica corruptível do sistema político pós-1974, exercendo, por influência do avô, uma política pessoal de “viver no lugar certo. No meio do meu grupo, o meu grupo no meio de grupos que se vão alargando, eu no meu pequeno lugar de nada, mas a partir deste lugar de nada, não devo nada a ninguém” (JORGE, 2014, p. 145). Mais do que isso, o general cultiva o resquício do latinismo do avô, sempre aludindo à língua latina, ao referir os nomes científicos de vegetais, “Vejam o *populus*

nigra, o *ulmus glabra*, o *ulmus minor*” (p. 142), ou ao lembrar um provérbio romano, “Aceita o que é teu e dá o alheio a seu dono. *Accipe quod tuum, alterique da suum*” (p. 143).

Esse caráter clássico do personagem é fundamental para erguer na narrativa de *Os memoráveis* a representação máxima da ruína para além da Revolução dos Cravos e de Portugal. Umbela surge como o detentor da memória de uma cultura milenar que forjou o Ocidente e é, hoje, aludida como morta, fruto da decadência de um império, o maior da história ocidental. Assim, é possível apontar, no quarto entrevistado para o programa *A História acordada*, uma forte semelhança com o “velho professor nas aulas de latim” de Cesário Verde, presente em “O sentimento dum ocidental”, poema referido em nossa epígrafe.

Vale lembrar que o poema em questão foi publicado por ocasião do tricentenário da morte de Luís de Camões, em 10 de junho de 1880, na revista *Portugal a Camões* (VERDE, 2010). Aludindo a seu homenageado e à epopeia lusitana do século XVI, Cesário Verde apresenta, por meio da estética realista, os resquícios da monumental história portuguesa na paisagem lisboeta, em que a miséria e a ostentação dividem o mesmo espaço urbano.

É possível, portanto, reler essa imagem de decadência portuguesa, que passou do monumento à ruína, a partir desse personagem que, entretanto, se mantém vivo, a despeito da queda, da difamação, da aparente derrota. Assim como ele próprio se define, vivendo em seu “pequeno lugar de nada”, o general traça uma batalha, com a própria existência, a essa monumentalidade que insiste em querer manter-se como ordem política e cultural.

Em mais de um momento no romance, Ana Maria Machado se refere a Umbela como dono de uma “memória inatacável”, como se o entrevistado tivesse guardado passo a passo a madrugada do Vinte e Cinco de Abril de 1974 e de outras datas que lhe seguiram, para resguardar a revolução e seu caráter heroico, impoluto. Umbela se assemelha, dessa forma, ao narrador cronista e sucateiro de que fala Walter Benjamin no ensaio “Sobre o conceito da história”: aquele que cata o lixo deixado pela história oficial, “que narra os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos, [levando] em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (2012, p. 242). Em alusão a esse conceito, a professora Jeanne-Marie Gagnebin complementa o texto de Benjamin:

O narrador também seria a figura do trapeiro, [...] do catador de sucata e de lixo, esta personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacós, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder. [...]

Esse narrador sucateiro [...] não tem por alvo escolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer (2009, p. 53-54).

Nesse olhar para as coisas pequenas, sem importância aparente — objetos e narrativas esquecidas, largadas, o resto deixado pelas civilizações —, reside a fagulha de subversão do poder instituído representada pela memória. Em *Os memoráveis*, major Umbela manifesta o que há de antigo a ser resgatado pela civilização do presente: a revolução feita por homens comuns, a língua de um império destruído, os nomes e as particularidades das plantas, o retorno ao estreitamento entre homem e natureza.

Para encerrar esta reflexão, voltamos, portanto, ao início de nossa análise. As palavras de Jeanne Marie Gagnebin, no ensaio “Memória, história, testemunho” (2009), revelam uma visão perturbadora da história como ato de eleição de narrativas e personagens, assim como admitira Duby, em tom menos culposos, na citação que expusemos anteriormente. Em *Os memoráveis*, entretanto, Lídia Jorge propõe justamente o contrário: os homens e mulheres com que a história oficial não sabe o que fazer serão os narradores de novas visões, de suas próprias visões, pois que testemunharam o Vinte e Cinco de Abril, a despeito de tudo o que já fora escrito. Será a partir dessa renarração da história pela memória e pelo testemunho que a decadência da cultura e a corrupção das narrativas do passado poderão começar a ser revertidas ou, ao menos, denunciadas, olhadas, questionadas.

Referências

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política — ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. v. 1. p. 241-252.
- DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Memória, história, testemunho. In: _____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 49-57.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- JORGE, Lídia. *Os memoráveis*. Alfragide: Dom Quixote, 2014.
- MARCONDES, Danilo. Um mundo virado de cabeça para baixo: a ideia de revolução no pensamento moderno. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Orgs.). *Literatura e revolução*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 141-153.
- TRINDADE, Luís. Os excessos de abril. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Orgs.). *Literatura e revolução*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 43-60.
- VERDE, Cesário. *Poemas reunidos*. Introdução, estabelecimento do texto e notas de Mario Higa. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

Minicurrículo

Licia Rebelo de Oliveira Matos é doutoranda em Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também fez o mestrado na mesma área (2013). Tem graduação em Letras Português-Latim pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010), é revisora do material didático produzido pela Fundação Cecierj, incluindo o Consórcio Cederj, e foi professora substituta de Literatura Portuguesa na UFRJ (2018).